

POLÍTICAS PÚBLICAS, MERCADOS INSTITUCIONAIS E AGRICULTURA URBANA E PERIURBANA NA REGIÃO METROPOLITANA DE NATAL¹

Núbia Dias dos Santos²

Celso Donizete Locatel³

Resumo

O artigo apresenta a investigação e as características da dimensão da agricultura urbana e periurbana da Área Metropolitana de Natal, como também, visa refletir sobre os requisitos necessários para o estabelecimento de políticas oficiais de apoio às diferentes modalidades de agricultura praticadas nos espaços intra-urbanos e periurbanos da supracitada região, considerando as possibilidades de se aplicar tais políticas em outras áreas do país. Constata-se uma agricultura dinâmica e diversificada inserida na comercialização dos hortigranjeiros e de animais, mesmo sem o reconhecimento dos gestores municipais. O acesso aos Mercados Institucionais tende a leva-los ao empoderamento das suas atividades, tirá-los da invisibilidade social e garantir condições mais favoráveis à sua reprodução social, assim como disciplinar o uso sustentável do ecossistema.

PALAVRAS-CHAVE: Agricultura Urbana e Periurbana; Região Metropolitana de Natal; Mercados Institucionais.

Introdução

O presente artigo apresenta a investigação e as características da dimensão da agricultura urbana e periurbana da Área Metropolitana de Natal, além disso, visa refletir sobre os requisitos necessários para o estabelecimento de políticas oficiais de apoio às diferentes modalidades de agricultura praticadas nos espaços intra-urbanos e periurbanos da supracitada região, considerando as possibilidades de se aplicar tais políticas em outras áreas do país. A relevância dos estudos relacionados a Agricultura Urbana e Periurbana, a exemplo da praticada na Região Metropolitana de Natal, ocorre tendo em vista os atuais índices de pobreza e de insegurança alimentar e nutricional existentes no território nacional, disseminado em várias partes do mundo.

¹ Pesquisa financiada pela CAPES (PPGSE)

² Universidade Federal de Sergipe. Departamento de Geografia (nubisantos85@gmail.com)

³ Universidade do Rio Grande do Norte. Departamento de Geografia (celso.locatel@gmail.com)

Essa situação resulta de um processo progressivo, dinâmico, contraditório e combinado. Um modelo e filosofia de sociedade, associando agricultura, indústria e meio técnico científico informacional. Na estrutura do processo, encontra-se o modelo hegemônico de agricultura, embasada na grande propriedade monocultora, na produção de cultivos e criação de animal para agro exportação. Esse tipo de agricultura implica na mudança da relação homem meio, na imposição de uma agricultura moderna em detrimento dos conhecimentos ancestrais das comunidades tradicionais, associada a perda progressiva da diversidade de cultivos e da biodiversidade.

A indústria de alimentos, assim, torna-se o segundo elo desse modelo produtivo hegemônico. A agricultura mercantil abastece a indústria de alimentos a qual associada ao meio técnico científico e de comunicação, exerce um fascínio e direciona a população para um padrão alimentar (pobre em nutrientes e alimentos *in natura*), baseado em produtos processados, embutidos, com presença acentuada de aditivos químicos para sua conservação.

No outro lado desse modelo, e estando, paradoxalmente a ele associado, tem-se a limitação (mediante relações sociais e de poder; pela monopolização do território ou pela territorialização do capital; de maneira sutil ou velada) das áreas de cultivo de produtos alimentícios para o consumo *in natura*, pelos agricultores familiares. Sendo assim, esses agricultores que conseguem produzir, sofrem também com a atuação de intermediários, demais agentes da cadeia produtiva e do circuito espacial de produção, os quais, em seu conjunto, oneram o preço final desses produtos para o consumidor, inclusive, tornando alguns alimentos restritivos para o consumo de grande parte dos trabalhadores.

Os alimentos para venda *in natura* concorrem com as áreas monocultoras de exportação, com os cultivos da revolução verde e com as grandes áreas destinadas a criação de animais de grande, médio e pequeno porte também direcionados para a exportação. Diante desse cenário, tem-se vasta literatura que expõe os inúmeros desafios impostos aos membros das unidades de produção familiares para se reproduzirem socialmente, quer no espaço rural, em pequenos lotes de terra, quer nas áreas urbanas e periurbanas. Apesar dos entraves, desafios e conflitos, o cultivo de alimentos e a criação de pequenos animais estão presentes nas cidades de diferentes portes, são realidade nas mais diversas regiões do país, assim como no mundo contemporâneo. No entanto, observa-se que em algumas regiões do Brasil, assim como na Região Metropolitana de Natal, estas atividades são realizadas sem regulamentação e sem o apoio oficial, o que pode

gerar problemas ambientais e sanitários, assim como dificuldades operacionais para a reprodução social dos sujeitos sociais envolvidos com essa atividade.

A investigação foi conduzida com base na realização de pesquisas bibliográfica, documental, no levantamento e análise de dados de fonte secundária e na condução de pesquisa empírica, por meio da adoção de técnicas observacionais, da realização de registros fotográficos e de entrevistas. Averigua-se a multidimensionalidade da agricultura urbana e periurbana no território pesquisado. Assim, na Região Metropolitana de Natal, a agricultura urbana e periurbana compõe parte da dinâmica de comercialização dos hortigranjeiros e de animais de pequeno e médio porte. Contata-se a diversidade em tamanho das unidades produtivas e em cultivos, na quantidade de pessoas envolvidas no processo produtivo (membros da família ou empregados temporários e/ou permanentes), no volume de produção e no circuito de comercialização.

Tem-se clareza que a inserção dos agricultores urbanos e periurbanos da RMN, em políticas públicas e nos mercados institucionais como PAA e PNAE, irá contribuir para dar visibilidade aos sujeitos que realizam essa atividade. Portanto, o acesso a assistência técnica com princípios agroecológicos pode empoderá-los, fortalecendo-os nas suas relações sócioespaciais e na recomposição da relação homem meio, contribuindo para o uso sustentável do ecossistema, mediado pela filosofia da vida, do alimento como vida.

A Multidimensionalidade da Agricultura Urbana e Periurbana

Os conceitos de agricultura urbana e periurbana apresentam multidimensionalidades, as quais perpassam desde a sua compreensão a partir das bases locais, a integração ou não ao ecossistema urbano. Leva-se em consideração questões de natureza político ideológica filosófica, ao associarem a realização da atividade embasada em princípios agroecológicos na revisão do modelo agroalimentar, na concepção de alimentos saudáveis como direito, no alimento como vida, ou na prática da comercialização sob os parâmetros da econômica solidária, no comércio justo.

O que essa multidimensionalidade da agricultura urbana e periurbana anunciam? Qual a escala da sua análise para além da métrica? Estima-se a possibilidade de construção de um paradigma centrado no espaço do homem, como expõe Santos (2012). Tem-se os elementos políticos filosóficos e, por que não dizer, materiais para se reconstruir o elo homem meio,

sociedade natureza. É sob o arcabouço teórico filosófico empírico que a discussão, os embates e diálogos sobre a agricultura urbana e periurbana estão fincados. Esse arcabouço pode se constituir como elo de proximidade e de rompimento de barreiras político ideológicas em prol de um modelo de sociedade pensado e refletido por seres humanos comuns, homens e mulheres que vivem o desafio cotidiano de embate contra os agentes hegemônicos do capital, em prol da manutenção da biodiversidade, dos conhecimentos ancestrais, dos direitos dos povos e comunidades tradicionais aos seus territórios como espaço de vida. À concepção de desenvolvimento enquanto desenvolvimento humano.

Zaar (2011) salienta que a agricultura urbana e periurbana apesar de não ser uma atividade produtiva recente, tem despertado o interesse de diversas instâncias da sociedade como: ONGs, Universidades, Instituições de Pesquisa, Organismos Internacionais a exemplo da FAO e segmentos do setor público e segmentos da sociedade civil organizada. O atual debate sobre a temática ocorre no momento em que as questões socioambientais recebem maior atenção de organismos internacionais preocupados com o futuro do planeta, com as implicações da manutenção do modelo de organização sócioespacial em curso e com os efeitos imediatos vivenciados por uma parcela cada vez mais crescente da população que convive, contraditoriamente, níveis cada vez mais acentuados de insegurança alimentar e nutricional. Tem-se clareza que a prática da agricultura embasada na revolução verde e no consumo acentuado de agroquímicos, não irá cessar seu crescimento em favor de um modelo de produção menos agressivo humanamente e ambientalmente.

Os pequenos agricultores, os cultivos alimentares e a criação animal, convivem sob a pressão dos agentes do capital, quer pela monopolização do território pelo capital e/ou mediante a territorialização do capital⁴. Esses dois movimentos de maneira direta e/ou indireta inviabilizam a reprodução social dos pequenos agricultores familiares (expulsando-os da terra) ou a partir da extração da renda da terra (pela subsunção do trabalho do agricultor familiar ao capital)⁵, assim, como salienta Martins (1980), transforma-os em trabalhadores formais para o capital, extraindo dos mesmos diferentes modalidades de renda, de sobretrabalho contido na mercadoria.

⁴ Ver Santos, 2012; Martins, 1985; Amin e Vergopoulos, 1977, dentre outros.

⁵ Ver Locatelli, 2010; Locatelli e Hespanhol, 2003; 2009; Wanderley, 1985; Martins, 1980; Amin e Vergopoulos, 1977; dentre outros.

É nessa perspectiva também que a análise da agricultura urbana e periurbana da Região Metropolitana de Natal se insere e apresenta em acordo com muitos dos conceitos e concepções, até então elaborados sobre essa atividade, os sujeitos sociais nela envolvidos e as tramas sócioespaciais a ela vinculadas. A Agricultura Urbana e Periurbana (AUP) é considerada para Santandreu e Lovo (2007) como um conceito multidimensional⁶. Nele se inclui a produção, o agro extrativismo e a coleta⁷, a transformação e a prestação de serviços, de forma segura, para gerar produtos agrícolas (hortaliças, frutas, ervas medicinais, plantas ornamentais, etc.)⁸ e pecuários (animais de pequeno, médio e grande porte)⁹ direcionados ao autoconsumo, trocas e doações ou comercialização, (re) aproveitando-se, de forma eficiente e sustentável, os recursos e insumos locais (solo, água, resíduos sólidos, mão-de-obra, saberes etc.)¹⁰. Ressaltam que essas atividades podem ser praticadas nos espaços intra-urbanos ou periurbanos, estando vinculadas às dinâmicas urbanas ou das regiões metropolitanas e articuladas com a gestão territorial e ambiental das cidades¹¹.

⁶ Essa multidimensionalidade do conceito de agricultura urbana e periurbana conecta-se com a visão do espaço geográfico concebido como múltiplo, aberto e relacional (Massey, 2008; Steinberger, 2006)

⁷ O extrativismo representa uma prática singular no território brasileiro. Atividade permeada por conflitos territoriais intensos: entre extrativistas no norte do país com distintos agentes do capital; e no litoral nordestino tem-se os camponeses pescadores e pescadoras tradicionais, marisqueiros e marisqueiras, mulheres coletoras de mangada, que convivem conflitos territoriais cotidianos. São conflitos entre essa classe trabalhadora que dependem dessa atividade econômica para se reproduzirem socialmente, com distintos agentes do capital (dentre eles se destacam os empreendimentos da Petrobrás, com a instalação das plataformas marítimas; o avanço do setor imobiliário que se apropriam das terras e das águas; empreendimentos particulares que privatizam os territórios pesqueiros impedindo a continuidade das atividades dessa classe social. O reconhecimento e a gravidade desse embate motivaram a criação do Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP) e a elaboração de uma Campanha Pelo Território Pesqueiro, um projeto de lei de iniciativa popular que depende da coleta de um milhão de assinaturas, (que está sendo coletada em todo país), para ser apreciado pelo Congresso Nacional.

⁸ Diversidade encontrada na Horticultura de Capim Macio, na Cidade de Natal/RN. O empreendimento localiza-se em um bairro considerado de elevada valorização do espaço, utilizando a expressão de Carlos (1992). A unidade produtiva é também local de comercialização dos cultivos agroecológicos nela praticada, assim como, ponto de revenda de cultivos originários de outras unidades produtivas da Região Metropolitana de Natal. O diferencial da agroecologia é utilizado como elemento de atração do público consumidor, indicado nos cartazes expostos nas dependências do empreendimento.

⁹ Na área da pesquisa, esses empreendimentos estão localizados na área norte do Município de Natal e nos perímetros periurbanos da Região Metropolitana.

¹⁰ A prática agroecológica, o cuidado e a sintonia com o ecossistema é perceptível na Horta Capim Macio em Natal/RN. Seu proprietário reconhece a inexistência da produção de lixo no empreendimento. Os componentes orgânicos são utilizados como adubo. As embalagens plásticas são destinadas a cooperativa de reciclagem existente na cidade. O cuidado e o zelo com o ambiente é demonstrando nos equipamentos de coleta da água da chuva, na diversidade de cultivos com uso de insumos orgânicos produzidos no estabelecimento, no reaproveitamento dos materiais utilizados nas atividades produtivas, no saber ambiental como prática e filosofia de vida.

¹¹ Para a Região Metropolitana de Natal tem-se claro o desafio de inserir a pauta da agricultura urbana e periurbana nos processos normativos de gestão ambiental e territorial das cidades integrantes, tendo em vista a visão homogênea dos legisladores e gestores municipais que consideram os Municípios de Natal e Parnamirim, por exemplo, como sendo 100% urbanos.

Para Mougeot (2000), a multidimensionalidade da agricultura urbana e periurbana apresenta caráter secundário, pois considera que a localização da atividade no interior das cidades tem maior relevo. Para o referido autor, esse é o principal elemento definidor da agricultura urbana. Advoga que essa atividade costuma estar presente nas cidades independentemente de seu tamanho, da sua função na hierarquia urbana e do seu efetivo populacional, sendo utilizados recursos humanos, materiais, produtos e serviços disponíveis nesses espaços. É necessário, porém, o reconhecimento da atividade e dos sujeitos sociais nela inseridos, haja vista a sua aparente invisibilidade social¹².

Os embates a serem enfrentados pelos agricultores urbanos e periurbanos, ocorrem tendo em vista o movimento do capital e sua lógica de reprodução ampliada. Uma lógica que se materializa mediante a monopolização do território ou a territorialização do capital. De uma maneira ou de outra, esse duplo movimento pode impor aos agricultores urbanos e periurbanos a condição de simples trabalhadores para o capital, como já ocorre, de acordo com Wanderley (1985) com os agricultores familiares do campo. Neste aspecto, a diferenciação estará na representação diferenciada entre os agentes do capital (agronegócio) no campo e os agentes do capital (modeladores do espaço) na cidade.

De uma maneira ou de outra, na realidade brasileira, esse movimento ainda é mediado pelo Estado. Essa constatação impõe aos grupos sociais representantes das classes trabalhadoras a necessidade de se mobilizarem e de ativarem mecanismos para que as suas pautas possam também compor a agenda dos entes públicos, como ocorre atualmente, por exemplo com o Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais que lutam pela demarcação de um território próprio, para barrar a perda sucessiva do seu espaço de reprodução social, já explicitado.

Dentro desse processo permeado de embates e de conflitos que se torna estratégica o acesso dos agricultores urbanos e periurbanos aos Mercados Institucionais, os quais, no Brasil,

¹² Como destacado na pesquisa essa invisibilidade tem cunho político ideológico na medida em que os agentes envolvidos nos circuitos curtos de comercialização na qual a agricultura urbana e periurbana da Região Metropolitana de Natal está inserida, têm plena ciência da origem dos produtos comercializados e dos sujeitos responsáveis pelos mesmos. A despeito da norma que define parte dos municípios como 100% urbanos, os dados do IBGE anunciam uma realidade distinta, com a presença de estabelecimentos e a realização de atividades agropecuárias nos mesmos, assim como a constatação dos dividendos que essas atividades geram e como se apresentam no conjunto da economia desses municípios.

o P.A.A¹³ e PNAE¹⁴ integram o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)¹⁵. Esses programas visam o empoderamento dos conhecimentos culturais dos agricultores (seu saber fazer) e potencializar seus meios de produção e ferramentas de trabalho, tornando-os menos vulneráveis aos ditames do capital, para não se tornarem simples fornecedores de matérias-primas e/ou de insumos para os agentes do capital, como já fazem com os agricultores familiares rurais assinado no texto.

A proposta é que os produtores inseridos nesses programas fiquem menos vulneráveis à ação dos atravessadores, ao tempo em que se garanta para o público alvo do PAA e PNAE, socialmente reconhecido como vulnerável, o acesso a alimentos saudáveis. Nesse sentido, a pesquisa contribui para elucidar tanto o contexto sócioespacial, no qual os agricultores urbanos e periurbanos da Região Metropolitana de Natal estão inseridos, quanto quais os impactos do acesso aos mercados institucionais para esses sujeitos, para o conjunto da sociedade e para a execução das políticas públicas.

É dentro desta perspectiva que Mattos, Mendonça, Maselli e Deprá (2015) concebem a agricultura urbana vinculada a uma decisão política. Uma forma particular de organização da população urbana. Essa organização ocorre baseada em fins específicos como a promoção da autonomia na produção agroecológica de alimentos; a construção de novas relações de cultivo e consumo baseadas na economia solidária; e, a reconexão com a natureza nas cidades. Em seu

¹³ De acordo com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), foi instituído pelo Art. 19 da Lei nº 10.696 e regulamentado pelo Decreto 4.772, ambos de dois de julho de 2003. O Programa tem como objetivo incentivar a agricultura familiar, compreendendo ações vinculadas à distribuição de produtos agropecuários para pessoas em situação de insegurança alimentar e à formação de estoques estratégicos. <http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-paa/sobre-o-programa>

¹⁴ O Ministério da Educação (MEC), relata que o Programa Nacional de Abastecimento Escolar (PNAE), teve sua primeira versão em 31 de março de 1955, quando foi assinado o [Decreto nº 37.106](#), que instituiu a Campanha de Merenda Escolar (CME), subordinada ao Ministério da Educação. Em 2009, a sanção da [Lei nº 11.947, de 16 de junho](#), trouxe novos avanços para o PNAE, como a extensão do Programa para toda a rede pública de educação básica, inclusive aos alunos participantes do Programa Mais Educação, e de jovens e adultos, e a garantia de que, no mínimo, 30% dos repasses do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) sejam investidos na aquisição de produtos da agricultura familiar. <http://www.fnde.gov.br/programas/pnae/pnae-sobre-o-programa/pnae-historico>

¹⁵ De acordo com o MDA/SEAD, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), foi instituído como resultado da defesa do movimento sindical dos trabalhadores rurais em prol de uma política agrícola diferenciada para o segmento dos pequenos produtores. Em 1994, depois da Jornada de Luta (atual Grito da Terra), liderada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), foi criado o Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (Provape). Em 1995, a proposta foi aprofundada, definindo-se a taxa de juros, a fonte de recursos e o foco no agricultor familiar. O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), foi instituído por meio da Resolução 2.141, de 24 de agosto de 1995, "destinado ao apoio financeiro às atividades agropecuárias exploradas mediante emprego direto da força de trabalho do produtor e de sua família". (MDA/SEAD, 2017). <http://www.mda.gov.br/sitemda/pagina/hist%C3%B3rico>

conjunto, essas práticas geram, segundo eles, a promoção da segurança alimentar e nutricional, contribuindo para efetivar o direito humano à alimentação adequada.

Embasada nos estudos sobre a realidade sócioespacial da Região Metropolitana de Natal, Santos (2016) concebe agricultura urbana como uma atividade de natureza agrícola, que ocorre em locais com densidade do conteúdo urbano e que, por isso, apresenta características específicas que justifiquem a rentabilidade dessa atividade, em uma área onde geralmente o preço cobrado pela terra é maior¹⁶. Ressalta, no entanto, que nem toda atividade agrícola praticada dentro do perímetro considerado normativamente como urbano, como ocorre em Municípios da Região Metropolitana de Natal, pode ser considerada agricultura urbana, mas sim, como marcos da ruralidade no território, uma expressão da sua complexidade e dinamicidade.

A Dinâmica Econômica da Região Metropolitana de Natal

Os 14 municípios que compõem a região Metropolitana de Natal (Figura 1) compõem o conjunto sócioespacial mais dinâmico do Rio Grande do Norte. Essa região expressa uma complexidade enquanto espaço, aberto, múltiplo, relacional, heterogêneo, Massey (2008); Santos (1985). É palco de conflitos de interesses, inclusive entre os próprios agentes modeladores do espaço, desses com o Estado e com os agentes sociais excluídos, utilizando a expressão de Roberto Lobato Corrêa (1989).

¹⁶ Nessas áreas, os interesses divergentes pelo uso e ocupação do espaço entre os agricultores e os agentes modeladores do espaço, torna a tensão mais intensa.

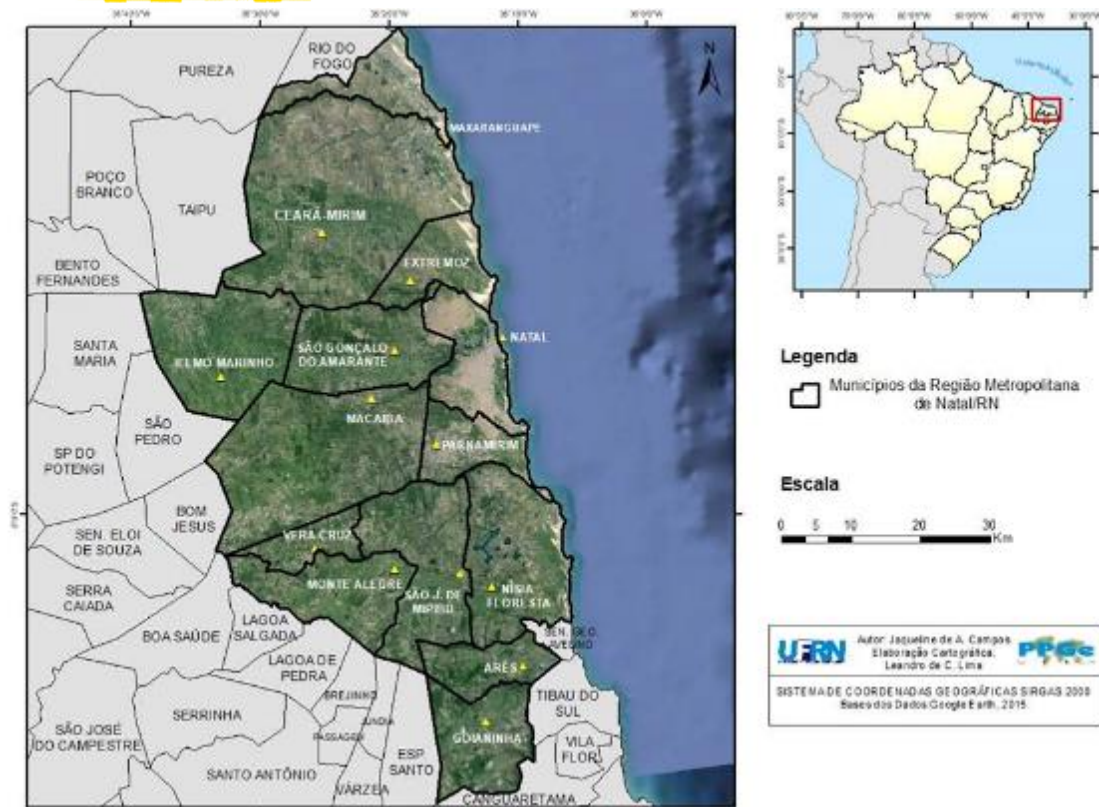


Figura 1. Municípios da Região Metropolitana de Natal. 2016

Fonte: Campos, 2015.

De acordo com o IBGE (2016), a população da região foi estimada em 1.577.072 habitantes, conforme exposto na tabela 1. É possível identificar a progressiva inserção dos atuais municípios na referida região. Contata-se que 85,7% dos Municípios possuem população inferior a 100 mil habitantes. Apenas Parnamirim e Natal possuem população acima de 200 habitantes. Não obstante, concorda-se com Santos (2016), ao questionar a legislação que considera esses dois municípios como sendo 100% urbanos. Para essa autora existe um mito relacionado a compreensão dos Municípios de Natal e Parnamirim serem assim considerados, uma vez que seus territórios possuem presença de ruralidade e dependência econômica do setor primário. Na sua concepção, a imagem da exclusividade urbana ocorre por conta de um discurso hegemônico, engendrado pelos agentes do capital, sintonizados com interesses de firmas e de instituições parceiras dos agentes modeladores do espaço.

Município	Legislação	Área (km ²)	População (2016)
Arês	LCE 559/15	112,584	14 176
Ceará-Mirim	LCE 152/97	724,38	73 370

Município	Legislação	Área (km ²)	População (2016)
Extremoz	LCE 152/97	139,575	27 933
Goianinha	LCE 559/15	192,277	25 685
Ielmo Marinho	LCE 540/15	312,028	13 559
Macaíba	LCE 152/97	510,771	79 211
Maxaranguape	LCE 485/13	131,316	12 030
Monte Alegre	LCE 315/05	210,918	22 311
Natal	LCE 152/97	167,264	877 662
Nísia Floresta	LCE 221/02	307,842	26 994
Parnamirim	LCE 152/97	123,471	248 623
São Gonçalo do Amarante	LCE 152/97	249,124	99 724
São José de Mipibu	LCE 221/02	290,331	43 598
Vera Cruz	LCE 391/09	83,89	12 196
Total		3555,771	1 577 072

Tabela 1. Municípios da Região Metropolitana de Natal. Legislação, área e população total. 2016.

Fonte: IBGE (2016)

Do ponto de vista da urbanização, a RMN, apresenta uma acentuada diferença, pois a população rural de alguns municípios é superior à população urbana, como exposto na Figura 2. Na referida figura, constata-se manchas esparsas das áreas urbanizadas da região, ao tempo em que a presença do rural ou de aglomerados rurais denunciam um espaço heterogêneo, mais dinâmico dentro de uma lógica de produção e reprodução do espaço para além do que se expõe nas suas. Assim, depreende-se que a construção da visão homogênea do espaço, apresenta conteúdo político ideológico filosófico, tendo em vista o modelo de pensamento pautado na visão cartesiana, de fragmentação do conhecimento, das relações sócioespaciais, da concepção dicotômica sociedade natureza. É dentro dessa acepção que Locatel (2013) chama a sobre a utilização da dicotomia campo-cidade nos trabalhos de Geografia e questiona os pressupostos teóricos, que consideram a produção do espaço urbano (da cidade) e a produção do espaço rural como processos distintos que, concorda-se não o são.

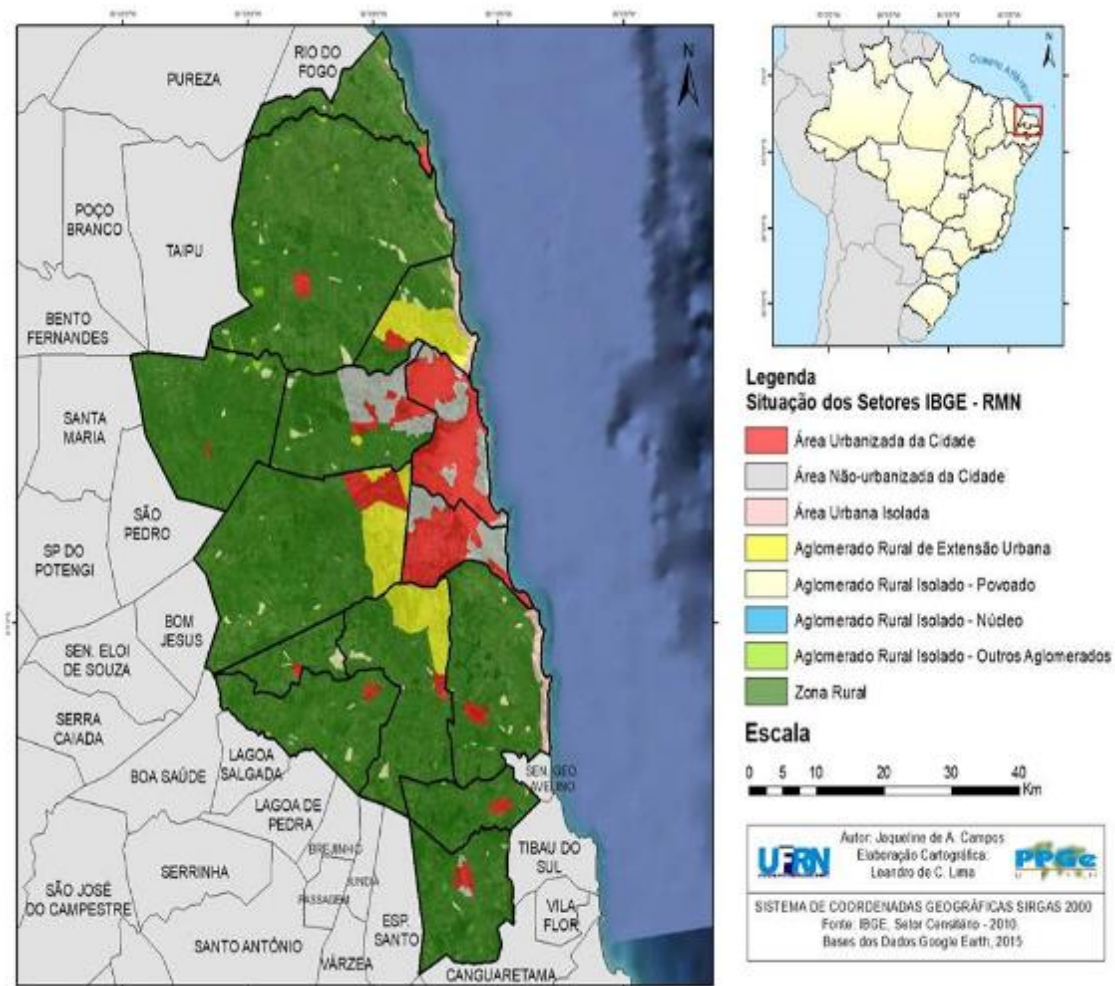


Figura 2. Situação dos Setores Aglomerados da Região Metropolitana de Natal. 2015.

Fonte: Campos, 2015.

Para Santos (1985), o espaço dever ser considerado como uma totalidade, a exemplo da própria sociedade que lhe dá vida. Adverte que considerá-lo assim, é uma regra de método cuja prática exige que se encontre, paralelamente, através da análise, a possibilidade de dividi-lo em partes. Observa-se que a análise é uma forma de fragmentação do todo que permite, ao seu término, a reconstrução desse todo. Por isso, concorda-se com esse autor que o espaço, como realidade, é uno e total. É a sociedade como um todo que atribui, a cada um dos seus movimentos, um valor diferente a cada fração do território. Cada ponto do espaço é solidário aos demais, em todos os momentos. A isso se chama a totalidade do espaço, Santos (1985, p.5 e 64).

Nesse sentido, convém observar o comportamento da malha fundiária dos municípios da RMN, exposto na tabela 3, onde se constata a singularidade da sua configuração, o que

remete a pertinência das reflexões até então realizadas, na medida em que ao se agrupar as informações expressas nas tabelas e figuras, tem-se para além de uma separação, uma visão integrada do espaço. O trabalho social materializa o espaço, dotando-os de especificidades as quais dialogam, completam-se mutuamente para dar substância ao espaço como um todo articulado.

Município	Estabelecimentos	
	Número	Área (ha)
Arês	238	36.691
Ceará-Mirim	1.181	24.740
Extremoz	269	3.057
Goianinha	91	8.205
Ielmo Marinho	1.424	37.060
Macaíba	921	28.544
Maxaranguape	62	3.835
Monte Alegre	1.480	16.913
Natal	53	232
Nísia Floresta	402	7.969
Parnamirim	-	-
São Gonçalo do Amarante	350	12.981
São José de Mipibu	601	10.903
Vera Cruz	500	3.455
Arês	238	36.691

Tabela 3. Malha Fundiária dos Municípios da Região Metropolitana de Natal. 2006

Fonte: Censo Agropecuário, 2006.

Sabe-se que no Brasil, a imposição da visão dicotômica campo, cidade, rural, urbano, ocorre inicialmente, associado a divisão social do trabalho, quando se convencionou homogeneizar a compreensão dos espaços vinculados simplesmente a lógica econômica. Assim, disseminou-se a ideia de campo como espaço da produção agrícola e cidade como espaço da indústria. A ideia da homogeneização espacial também está atrelada aos interesses dos gestores municipais, que veem na conversão da renda da terra de rural para urbana, a oportunidade para a elevação da carga tributária a partir da arrecadação do IPTU. Por sua vez, o espaço urbano é locus primaz da reprodução ampliada do capital fundiário, em parceria com os agentes financeiros, imobiliários, construção civil e com o próprio Estado enquanto ente/agente regulador. Segundo Corrêa (1989), são os agentes modeladores do espaço hegemônicos.

Os agentes sociais excluídos são representados pela camada social dos trabalhadores e, no caso específico desse estudo, por parcela dos agricultores urbanos e periurbanos, que encontram nessa atividade uma alternativa para a sua reprodução social no interior da cidade. Na prática, ocorre embate entre os sujeitos sociais que têm nos espaços da cidade uma perceptiva de reprodução social simples, os quais competem com os agentes hegemônicos que utilizam o espaço da cidade como mercadoria, espaço de valorização do solo e de sua reprodução ampliada.

A prática da Agricultura Urbana e Periurbana na Região Metropolitana de Natal

Na zona norte da cidade de Natal encontra-se a atividade mais dinâmica e mais densa da sua agricultura urbana e periurbana. Nessa localidade, encontram-se unidades individuais envoltas na produção da horticultura, onde se realiza uma agricultura com características e conteúdo rural, margeando o Rio Doce. Essas propriedades estão integradas no arranjo espacial e convivem com as unidades habitacionais e os estabelecimentos comerciais existentes na localidade, onde se observa que os equipamentos urbanos são descontínuos no espaço. Santos (2016) ressalta que nessas propriedades, a arquitetura das casas obedece um padrão simples, as quais uma parcela das mesmas é do proprietário da terra, enquanto outras é do morador que trabalha na terra mediante algumas relações de trabalho: em troca de parte da produção (sistema de parceria); em troca da moradia (moradia de favor); em troca da moradia e/ou de um pagamento em dinheiro além da área para plantação (relação mista de assalariamento e parceria).

Tem-se a recriação das diversidades nas modalidades de extração da renda da terra, comumente realizadas no espaço rural a partir das distintas relações de trabalho, como acima expostas. Relações de trabalho similares as existentes no espaço rural, guardadas as suas devidas particularidades. Esse contexto expõe o grau de complexidade e de diversidade na qual a agricultura urbana e periurbana encontra-se inserida na área da pesquisa, ao tempo em que qualifica a compreensão do espaço geográfico como uma totalidade.

No bairro Pajuçara, também na zona norte de Natal, se destaca na paisagem a presença de uma unidade agrícola denominada fazenda França. Esse empreendimento chama a atenção

pelas suas feições rurais, inclusive pelo conjunto arquitetônico composto pela casa grande, unidades habitacionais dos trabalhadores permanentes no interior da unidade, a área de pastagem. Nesse empreendimento, desenvolve-se a pecuária bovina. O estabelecimento encontra-se situado vizinho as dependências de um empreendimento imobiliário em fase de comercialização, onde será instalado um condomínio horizontal, o qual contará com um conjunto de infraestruturas específicas. Como destaca Santos (2016), esse arranjo espacial ilustra a coexistência de elementos do rural e do urbano.

No Município de Parnamirim, também considerado 100% urbano pela legislação municipal, tem-se a presença de unidades agrícolas em áreas bem servidas de equipamentos urbanos. Nessa localidade encontram-se fazendas com criação de bovinos e equinos, além da produção de cultivos da lavoura permanente e temporária, no entanto, essa produção torna-se pouco evidente nos dados do IBGE. Apesar desse Município ser o maior produtor de ovos de galinha da região e do Estado, com uma produção de 11.807 mil dúzias, de acordo com o IBGE (2006). De maneira paradoxal, a metodologia utilizada por esse órgão e a disponibilidade dos metadados, tende a desconsiderar algumas informações se as mesmas não estiverem de acordo com a sistêmica da instituição. Como se observa na tabela 4, para o conjunto de municípios da área da pesquisa, o Município de Parnamirim apresenta uma distribuição esparsa de Estabelecimentos. A coleta de dados que envolvem resultado com até dois eventos, são desconsiderados na anotação da informação.

Municípios/ Número de Estabelecimen to e área	Lavoura			Flo res	Pastagem			Matas			Sistema aglofloresta pisoteio	Aquicultu ra	Const Benf. cami nho	Terras	
	Perm.	Temp	Forra geira de corte		Natural	Planta da degra da	Plantada Boas condições	florestas naturais	florestas naturais. Sistema agroflores tal	Essências florestasi		Tanques		Áreas publicas	degra da
Arês	85	79	6	-	45	-	3	3	-	-	4	24	69	1	21
340															
Área	430	28.223	11	-	145	-	17	6.540	-	-	312	229	737	x	46
36.690															
Ceará-Mirim	646	763	64	2	274	61	72	52	144	4	67	32	248	9	33
Área	4.926	5.701	618	x	4.341	876	2.147	1.021	2.015	45	1.762	144	269	20	853
Extremoz	171	106	17	-	21	8	11	7	7	-	10	25	99	2	27
Área	928	176	116	-	569	73	135	63	72	-	181	7	522	x	214
Goianinha	35	59	28	-	55	5	18	20	5	2	6	13	32	2	8
Área	1.268	1.368	579	-	950	211	1.547	1.461	138	x	278	31	123	x	173
Ielmo Marinho	342	1.064	152	1	741	11	77	102	26	1	102	79	215	7	55
Área	1.354	13.634	763	x	14.987	32	1.999	531	2.613	x	195	203	553	28	163
Macaíba	484	663	142	2	184	22	65	32	77	2	22	29	188	4	20
Área	3.816	6.288	2.751	x	4.430	1.724	3.627	1.047	2.758	x	995	229	635	93	115
Maxaranguap e	56	26	30	1	26	16	4	14	14	1	7	1	40	2	10

Área	1.091	325	132	x	582	158	112	291	490	x	412	x	44	x	162
Monte Alegre	817	732	154	-	409	16	103	31	92	1	31	97	802	7	74
Área	1.650	2.029	509	x	4.428	897	2.821	677	964	x	188	119	2.329	5	269
Natal	4	9	1	1	11	-	1	-	2	1	-	5	31	-	1
Área	1	4	x	x	5	-	x	-	X	x	-	66	141	-	x
Nísia Floresta	235	120	46	1	171	2	23	32	30	5	4	52	150	1	13
Área	1.644	718	162	x	2.853	x	101	1.623	361	59	7	397	248	x	45
Parnamirim	1	3	-	-	4	-	2	-	-	-	-	1	10	-	1
Área	x	2	-	-	16	-	x	-	-	-	-	x	5	-	x

Tabela 4. Número de Estabelecimentos e Área por grupos de atividades econômicas na Região Metropolitana de Natal. 2006.

Fonte: Censo Agropecuário, 2006.

Considerações

A agricultura urbana e periurbana é uma realidade na Região Metropolitana de Natal. No entanto, a combinação de uma série de fatores faz com que essa atividade ainda não tenha o devido reconhecimento por parte das instâncias oficiais. De um lado, a legislação municipal confirma a existência de um espaço homogêneo, de outro, a coligação de interesses pelos agentes do capital, na conversão da renda da terra faz com que a presença do urbano seja imposta inclusive com supremacia em relação ao rural. No entanto, os dados e as imagens utilizadas na pesquisa, mostram o quanto o rural encontra-se presente na realidade sócioespacial em questão. A visão dicotômica tem raízes no histórico de formação sócioespacial desigual, também se assenta na visão teórico filosófica da fragmentação dos conhecimentos, dos saberes e do próprio espaço, o que consolida uma concepção de mundo dual e a dicotomia campo cidade, rural urbano.

Constata-se que a despeito da importância da agricultura periurbana no cenário socioeconômico da RMN, a inexistência dos dados estatísticos oficiais relativos a essa atividade nos municípios em questão, assim como a metodologia utilizada na coleta dos dados oficiais criam uma lacuna. Essa lacuna além de contribuir para que a agricultura urbana e periurbana estejam alheias ao controle estatístico oficial, contribui para que os sujeitos sociais inseridos nessa atividade, fiquem impossibilitados de acessarem políticas públicas específicas para a sua condição. Nesse aspecto, as pesquisas empíricas para coleta de dados e informações com base na observação direta, constitui-se em atividade relevante, tendo em vista a importância que essa modalidade apresenta no abastecimento do mercado da região e nos circuitos curtos de comercialização.

Sem o reconhecimento dessa atividade pelo poder público municipal, a manifestação do fenômeno da agricultura urbana e periurbana deixa de compor a pauta dos gestores municipais no momento da tomada de decisões relativas à gestão do território urbano, o que reforça a expressão de agentes sociais excluídos e potencializa o poder de pressão dos demais agentes modeladores do espaço urbano. A ausência do reconhecimento dessa atividade também implica na limitação do controle oficial sobre suas atividades, no que se refere às condições sanitárias e na relação com o ecossistema.

Averigua-se que a AUP na Região Metropolitana de Natal é dinâmica, envolve um conjunto amplo de relações sociais e se for inserida nas políticas públicas, tende a contribuir

para a dinamicidade da região, principalmente ao se observar as características desses municípios, muitos dos quais possuem no setor primário, a principal fonte de abastecimento e de renda das famílias, o que implica na sua importância para a dinâmica do capital a nível municipal e regional. Urge que essa atividade seja reconhecida pelos gestores do território para que seja inserida na pauta de decisões, o que implica na democratização do território e na superação da condição de marginalidade à qual esses sujeitos se encontram.

Referências Bibliográficas

AMIN, S.; VERGOPOULOS, K. **A Questão Agrária e o Capitalismo**. Tradução de Beatriz Resende. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. (Pensamento Crítico, v.15).

AQUINO, Adriana Maria de; MONTEIRO, Denis. Agricultura Urbana. In: AQUINO, Adriana Maria de; ASSIS, Renato Linhares de. **Agroecologia: Princípios e Técnicas para uma Agricultura Orgânica Sustentável**. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2005, p.185-198.

AQUINO, Adriana Maria de; MONTEIRO, Denis. Agricultura orgânica em áreas urbanas e periurbanas com base na agroecologia. **Ambiente e sociedade**. vol.10 no.1 Campinas. Jan./June 2007.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A cidade**. São Paulo: Contexto, 1992.

COUTINHO, Maura Neves. **Agricultura Urbana: práticas populares e sua inserção em políticas públicas**. Belo Horizonte: Instituto de Geociências – UFMG, 2010. (Dissertação de Mestrado em Geografia).

DELGADO, Guilherme Costa. **Capital financeiro e agricultura no Brasil: 1965-1985**. São Paulo: Ícone, 1985

GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro Séculos de Latifúndio**. 5ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981 (Estudos brasileiros, v.24).

HESPAÑHOL, Antonio Nivaldo. Políticas públicas, modernização e crise da agricultura brasileira. **Faz ciência**. Francisco Beltrão, FACIBEL, v. 1 n. 1, 1997, p. 38-49.

_____. A atuação do Estado no processo de desenvolvimento brasileiro. In: MENEGUETTE JUNIOR, Messias; ALVES, Neri (Orgs.). **FCT 40 anos, perfil científico-educacional**, Presidente Prudente: UNESP/FCT, 1999, p. 21-41.

HESPAÑHOL, Rosângela Ap. de Medeiros. Campo e Cidade, Rural e Urbano no Brasil Contemporâneo. **Mercator**, Fortaleza, v. 12, número especial (2). p.103-112, set. 2013.

LOCATEL, Celso Donizete. O território para além da dicotomia cidade-campo: o uso agrícola do solo urbano no município de Natal. In: COSTA, Ademr Araújo da; LOCATEL, Celso

Donizete (Orgs.). **(Re)pensando o Território e a Cidadania: desafios da geografia no Rio Grande do Norte**. Natal, RN: EDUFRN, 2013, p. 185-214.

_____. Da dicotomia rural-urbano à Urbanização do Território no Brasil. In: **Mercator**, Fortaleza, v. 12, número especial (2), p. 85-102, set. 2013a.

_____. **Modernização da Agricultura, Políticas Públicas e Ruralidade: mudanças e permanências na dinâmica rural das microrregiões de Jales e de Fernandópolis – SP**. Presidente Prudente: UNESP/FCT, 2004. (Tese de Doutorado).

_____. Agricultura, Políticas Públicas e Transformações Sócio-Espaciais no Brasil (1930-1980). In: ARAUJO, H. M. de.; SANTOS, N. D. dos (Orgs.). **Temas de Geografia Contemporânea: teoria, métodos e aplicações**. São Cristóvão: Editora da UFS; Aracaju: Fundação Oviedo Teixeira, 2010, pp.301-328.

LOCATEL, Celso Donizete.; HESPANHOL, A.B. **Mecanismos de Sometimiento da la agricultura al capital em la región noroeste de São Paulo – Brasil**. In: XVIII Congresso de la Asociación de Geógrafos Españoles, 2003, Barcelona – Geografia para uma sociedade Global. Universidad, identidad Y exclusión social. Cerdanyda – Barcelona: Asociación de Geógrafos Españoles/Universitat Autònoma de Barcelona, 2003, p.647-658.

LOCATEL, Celso; HESPANHOL, Antonio Nivaldo. Desenvolvimento da agricultura e espaço rural. In: SILVEIRA, M. R.; LOMOSO, L.P.; MOURÃO, P.C. **Questões Nacionais e Regionais do Território Brasileiro**. São Paulo: Expressão Popular, 2009, p.117-132.

_____. **Mudança de Paradigma e a Nova Concepção de Desenvolvimento Rural**. In: II Encontro de Grupos de Pesquisa “Agricultura, Desenvolvimento Regional e Transformações Sócioespaciais”. 20 a 22 de junho de 2006. Uberlândia-MG, UFU\IG\LAGEA.

LOVO, I.C.; NUÑEZ, T. **Consultoria FAO/MDS: sistematizar e analisar a implementação da Política Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana promovida pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome no Brasil com foco em regiões Metropolitanas durante o período 2004-2009**. Produto 04 – Consolidado. [S.I.;s.n], 2011. Disponível em: http://agriculturaurbana.org.br/textos/Produto_04_FAO-MDS_consolidado.pdf. Acesso em: 04 de setembro de 2017.

MACHADO, Altair Toledo; MACHADO, Cynthia Torres de Toledo. **Agricultura urbana**. Planaltina, DF: Embrapa Cerrados, 2002. 25 p. (Documentos / Embrapa Cerrados,48).

MATTOS, Claudemar. MENDONÇA, Marcio Mattos de. MASELLI, Morgana. DEPRÁ, Renata Lúcia Souto Nigro. Panorama da agricultura urbana e a construção de políticas públicas no Brasil. In: **Revista Advir**. Associação dos Docentes da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. n. 34 (dez. 2015)- . – Rio de Janeiro: Asduerj, 2015, pp.7 -17.

MASSEY, D. **Pelo Espaço**. Uma Nova Política da Espacialidade. Tradução Hilda Pareto Maciel, Rogério Haesbaert. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MARTINS, J.de S. A Sujeição da Renda da Terra ao Capital e o Novo Sentido da Luta pela Reforma Agrária. **Boletim de Geografia Teorética**. Rio Claro: Associação de Geografia Teorética, vol. 10, nº 19, 1980, p.31-47.

MATTOS, C.; MENDONÇA, M.M. de; MASELLI, M; DEPRÁ, R.L.S.N. Panorama da Agricultura Urbana e a Construção de Políticas Públicas no Brasil. **ADVIR**, Associação dos Docentes da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. n. 34 (dez. 2015). Rio de Janeiro: Asduerj, p.7-17.

MEC, Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. (FNDE). Programa Nacional de Abastecimento Escolar (PNAE) <http://www.fnde.gov.br/programas/pnae/pnae-sobre-o-programa/pnae-historico>

MDA Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). <http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-paa/sobre-o-programa>

MDA, SEAD. Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), (MDA/SEAD, 2017). <http://www.mda.gov.br/sitemda/pagina/hist%C3%B3rico>

MOUGEOT, L.J.A. Agricultura urbana: concepto y definición. **Revista de Agricultura Urbana**. RUAUF, PGU-ALC. n. 1, 2000.

NATAL, Câmara Municipal. **Lei Orgânica do Município de Natal**. Natal, 1990. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/lei-organica-natal-rn>

OLIVEIRA, F. de. **Elegia para uma (Re)ligião**. Sudene, Nordeste. Planejamento e Conflitos de Classes. 6ed. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

PAULINO, E.T.; ALMEIDA, R. A. de. **Terra e Território**: a questão camponesa no capitalismo. 1ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

PORTO GONÇALVES, C.W. Geografia da riqueza, fome e meio ambiente: pequena contribuição crítica ao atual modelo agrário/agrícola de uso dos recursos naturais. R. Inter. Interdisc. **INTERthesis**, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil. v. 1, n. 1, 2004, p. 1-55.

SANTAMARTA, J. **La crisis de la biodiversidad**. **Boletín CF+S Núm. 16 (2001)**. Madrid. <http://polired.upm.es/index.php/boletincfs/issue/view/292>. Acesso em 01 de outubro de 2017.[<http://www.nodo50.org/worldwatch/ww/htm/02-15.html>].

SANTANDREU, Allain; LOVO, Ivana Cristina. Identificação e Caracterização de Iniciativas de Agricultura Urbana e Periurbana em Regiões Metropolitanas Brasileiras. In: Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação – FAO; Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS; Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional – SESAN; Departamento de Promoção de Sistemas Descentralizados – DPSD. **Panorama da agricultura urbana e periurbana no brasil e diretrizes políticas para sua promoção**. Belo Horizonte, 2007, 89p.

SANTOS, E.R.G. dos. **O processo de urbanização e o uso agrícola do território na região Metropolitana de Natal – 1990 a 2015**. Universidade do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia (Dissertação de Mestrado)

SANTOS, M. **Sociedade e Espaço**: a formação social como teoria e como método. In: Boletim Paulista de Geografia. nº 54, São Paulo, julho 1977, pp.81-100.

_____. **Espaço e Método**. São Paulo: Nobel, 1ed. 1985.

VIII Simpósio Internacional de Geografia Agrária e IX Simpósio Nacional de Geografia Agrária

GT 17 – Geopolítica dos alimentos e soberania alimentar

ISSN: 1980-4555

STEINBERGER, M. (Org.). **Território, ambiente e políticas públicas espaciais**. Brasília: Paralelo 15 e LGE Editora, 2006.

Santos, N.D. dos. 2012. **Pelo Espaço do Homem Camponês: Estratégias de Reprodução Social no Sertão dos Estados de Sergipe e Alagoas**. São Cristóvão: UFS/NPGeo, 2012. (Tese de Doutorado em Geografia).

SANTOS, N. D. dos; BADIRU, A. I. Espaço do Homem: Uma visão conceitual da totalidade espacial. ORTÍZ, A.I.; MEZA, M.J.A.; ALVIM, R.G. (Orgs). In: **Ecología humana contemporánea: apuntes y visiones en la complejidad del desarrollo**. San Lorenzo, Paraguay: FCA, UNA, 2017, p. 261-296.

ZAAR, M.H. Agricultura urbana: algunas reflexiones sobre su origen y expansión. **Biblio 3W. Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales**. [En línea]. Barcelona: Universidad de Barcelona, 15 de octubre de 2011, Vol. XVI, nº 944. <<http://www.ub.es/geocrit/b3w-944.htm>>. [ISSN 1138-9796].

_____. A Agricultura Urbana e Periurbana (AUP) no Marco da Soberania Alimentar. **Sociedade e Território**. Natal. Vol.27, N.3, p.26-44. Jul./Dez. de 2015.